

## Ordem, natureza e justiça: a formação do homem virtuoso em Jean Jacques Rousseau

Aline de Fatima Sales Silva  
Ged Guimarães

*“Tudo está bem, quando sai das mãos do autor de todas as coisas...”*

J-J- Rousseau

Para Rousseau o homem é um animal natural, mas não é mera natureza, pois, dotado de vontade e liberdade, transcende a sua existência, atua sobre a natureza e, com capacidade de *girar o olhar*, altera o instituído. Ele não se curva ante as dificuldades, os perigos, e o faz porque traz em si mesmo a *perfectibilidade*, que é a capacidade de modificar-se. Essa é uma característica própria dos humanos que os torna capazes de transformarem-se a si mesmos. É graças a essa faculdade natural quase ilimitada que o homem transcende a realidade dada, cria as condições para sobrepor-se à esfera do imediato e se afirma enquanto humano capaz de recriar-se permanentemente a partir das circunstâncias imposta pela ordem natural. No primeiro estado de natureza, o homem é tão simples quanto sua existência, seus sentimentos limitam-se as suas percepções sensíveis, não há nele nenhuma ideia de moral e justiça, muito menos de propriedade, assim o descreve o filósofo:

[...] vagando pelas florestas, sem indústria, sem palavra, sem domicílio, sem guerra, sem laços de amizade, sem necessitar de seus semelhantes, como também sem nenhum desejo de os prejudicar, inclusive talvez sem reconhecer nenhuma outra criatura individualmente, o homem selvagem, sujeito a poucas paixões e autossuficiente, nada possui além dos sentimentos e luzes próprias a esse estado, nada sentia afora suas reais necessidades e apenas olhava para aquilo que acreditava ter interesse de ver, não fazendo a sua inteligência maiores progressos que sua vaidade. (ROUSSEAU, 1989, p. 172)

Desprovido de qualquer espécie de propriedade, ele não tem necessidade de leis e seu primeiro sentimento de justiça diz respeito aos cuidados consigo próprio e com o seu bem estar. Nesse estado, a natureza manda e ele obedece, sendo essa a sua lei. Mas, Rousseau se refere também a outra condição do homem ainda no estado de natureza, quando, sem conhecer a propriedade pôde estabelecer vínculos de convivência,

formando entre eles “uma pequena sociedade unida” (ROUSSEAU, 1989 p. 179) em que vão percebendo as vantagens da proximidade. Os homens formam pequenas tribos regidas por costumes e características em comum que os levam a partilhar a ideia de compromissos mútuos. A noção de direitos e deveres se amplia e os costumes gradativamente vão se aperfeiçoando, criando, assim, códigos de moral que traçam a conduta.

Todavia, mal o homem goza das vantagens da associação, inerente no plano de Rousseau ao segundo estado de natureza, quando se podia falar em harmonia e felicidade para a espécie, cai na propriedade, marco do *embaraço e constrangimento*, maquiados por discursos enganadores e legitimados por aqueles que “não foram capazes de arrancar as estacas”. Tem-se assim, a *justiça* do primeiro ocupante. Qualquer tentativa de combate ao que se convencionou como justo, sobretudo o combate que efetivamente muda na história, o combate radical, é minimizado pelo discurso demagógico de que qualquer um pode construir a sua própria morada e estabelecer nela a sua norma.

A propriedade, legitimada pelo discurso ludibrioso é estabelecida como finalidade da existência dos homens individualmente. Em razão dela, os vínculos são estreitados, mas, como todos desejam a mesma coisa, a insegurança e, por decorrência o medo, levam à necessidade de leis, o que não é outra coisa senão a material vontade dos proprietários e dos povos ludibriados.

A norma do estado civil, apesar de considerar nulo o direito do mais forte, já que *a força não faz direito*, é fundada por convenção que garante a força. Inexorável tautologia! Na tentativa de encontrar a paz, os homens alienam as suas vontades a uma *força estranha* que dela ninguém escapa: a garantia da propriedade que, em alguma medida todos julgam possuir. Neste caso, a paz se iguala ao silêncio do cemitério e, caso um barulhento queira perturbar, a lei lhe cai como um mármore sobre a cabeça.

Rousseau não deseja esse silêncio e nem o barulho resultado do desajuste da vida social, pois ambos não coadunam com o sentido humano presente em cada um de nós. Se o silêncio expressa acuo ante o perigo de um mal maior, a reação desmedida, ou seja, fruto de impetuosa emoção desprovida de *logos*, revelam um homem pior que a besta.

Mas, porque só o homem está sujeito a se tornar imbecil? Não será porque volta assim ao seu estado primitivo e, enquanto o animal, que nada adquiriu e nada tão pouco tem que perder, fica sempre com o seu

instinto, ele, perdendo de novo, com a velhice ou outros acidentes, tudo o que a sua perfectibilidade lhe fizera adquirir, torna a cair assim mais baixo do que o próprio animal? Tristes de nós se fossemos forçados a convir que essa faculdade distintiva e quase ilimitada é a fonte de todas as desgraças do homem; que é ela que o tira à força de tempo dessa condição originária na qual ele passaria dias tranquilos e inocentes: que é ela que, fazendo desabrochar com os séculos suas luzes e seus erros, seus vícios e suas virtudes, o torna, com o tempo, o tirano de si mesmo e da natureza. (ROUSSEAU, 1989a, p. 154)

O pensador de Genebra deseja que a sociedade assuma a culpa pelo caminho percorrido, reconheça que todas as suas *guirlandas de flores* resultaram num homem que não se reconhece humano, ou fica a devê-lo enquanto denominador comum que é o todo social. E se “por todos os lados encontra-se a ferros” (ROUSSEAU, 1989a, p. 21), a saída está no reconhecimento de que é livre e perfectível. Ele projeta um novo contrato, elaborado por novos homens que têm clareza do *embaraço e constrangimento* vividos. É, pois, o que encontramos no contrato social, livro primeiro. Nele, Rousseau nos traz o conceito de justiça materializada em lei, expressão da vontade geral livre.

Cada um de nós põe em comum a sua pessoa e toda a sua autoridade, sob o supremo comando da vontade geral, e recebe em conjunto cada membro como parte indivisível do todo. (ROUSSEAU 1989, p. 31).

Nesse ato de associação há a criação de um corpo moral e coletivo, composto por todos os integrantes da assembleia, que legitimam toda a autoridade entre os homens como prerrogativa de construção da justiça legal comum a todos os seus membros.

Nesse acordo, a desigualdade física natural é substituída pela igualdade moral e legítima e a justiça se faz pelas leis que se elaboradas a partir da expressão genuína da vontade geral constituem direitos a cada um dos associados e a todos ao mesmo tempo. Nas palavras de Rousseau:

O pacto fundamental, ao invés de destruir a igualdade natural, substitui ao contrário, por uma igualdade moral e legítima, a desigualdade física que a natureza pôde pôr entre os homens, fazendo com que estes, conquanto possam ser desiguais em força ou em talento, se tornem iguais por convenção e por direito. (ROUSSEAU 1989, p. 37).

O segundo conceito de justiça que ora apresentamos é o conceito de justiça providencial ou da natureza. Essa ideia é melhor desenvolvida na *Carta de J.J Rousseau ao Senhor de Voltaire, Carta sobre a providência*. É uma resposta ao poema de Voltaire sobre o terremoto acontecido em Lisboa em 1755, que resultou na destruição quase que completa dessa cidade, ocasião em que morreram segundo as estimativas, cerca de 90 mil pessoas. No poema, Voltaire lamenta o desastre e maldiz a existência dos humanos, pequenos impotentes diante da fúria da natureza. Diz ele em seu *Poema sobre o desastre de Lisboa em 1755*,

(...) Ó infelizes mortais! Ó deplorável terra!  
Ó agregado horrendo que a todos os mortais encerra!  
Exercício eterno que inúteis dores mantém!  
Filósofos iludidos que bradais «Tudo está bem»;  
Acorrei, contemplai estas ruínas malfadas,  
Estes escombros, estes despojos, estas cinzas desgraçadas,  
Estas mulheres, estes infantes uns nos outros amontoados  
Estes membros dispersos sob estes mármore quebrados  
Cem mil desafortunados que a terra devora,  
Os quais, sangrando, despedaçados, e palpitantes embora,  
Enterrados com seus tetos terminam sem assistência  
No horror dos tormentos sua lamentosa existência!  
(Disponível em  
<http://versoconversa.blogspot.com.br/2011/03/voltaire-poema-sobre-o-desastre-de.html>).

Rousseau demonstra em sua resposta que há uma ordem que rege a natureza de maneira harmônica e que, portanto, certos acontecimentos inexplicáveis ao nosso entendimento, apenas fazem parte dessa ordem estabelecida, são fenômenos naturais. A natureza não age contra os homens, ela simplesmente age. Diz ele: não há nada de estranho no universo, tudo o que nele se faz, age necessariamente sobre o próprio universo (ROUSSEAU 1989, p. 13)

Assim, a natureza age a revelia dos seres sensíveis, independentemente dos seus sofrimentos individuais, ela mantém a ordem do universo, segue seu curso natural. No caso do terremoto de Lisboa ele explica que

[...] não foi a natureza que reuniu ali vinte mil casas de seis a sete andares, e que se os habitantes dessa grande cidade tivessem sido distribuídos mais igualmente, e possuíssem menos coisas, o dano teria sido muito menor, e talvez nulo. (ROUSSEAU, 2002, p. 09).

Nesse sentido, os males são frutos da nossa própria ação, pois a natureza segue em ordem e harmonia independente do que pensamos ou fazemos. Nascemos, vivemos e morremos em um ciclo de renovação permanente que contribui para a harmonia do universo, portanto, para o bem geral.

E os desastres naturais? Catástrofes? Enchentes? Terremotos? Onde está a justiça nesses acontecimentos? É o que Voltaire questiona em seu poema:

Não, não ostenteis mais o meu coração alterado  
Essas imutáveis leis da necessidade,  
Essa cadeia dos corpos, dos espíritos, e dos mundos.  
Ó sonho dos sábios! Ó desvãos profundos!  
Deus tem na mão a corrente, e não está acorrentado;  
Por sua escolha benévola tudo é determinado:  
Ele é livre, ele é justo, e, não é implacável.  
Porque sofreremos então com um amo justo e amável?  
Elementos, animais, humanos, tudo está em guerra.  
Há que reconhecê-lo, o “mal” está sobre a terra.  
Seu princípio secreto não nos é de todo conhecido.  
Do autor de todo o bem, terá o mal decorrido?  
*(Disponível em*  
<http://versoconversa.blogspot.com.br/2011/03/voltaire-poema-sobre-o-desastre-de.html>*).*

Rousseau responde ao Senhor Voltaire, mostrando que nossos caprichos, desejos ou exigências, não alteram a ordem natural. Por causa do seu amor-próprio, o homem deseja que tudo ocorra para lhe favorecer, que todo o universo conspire para que ele viva melhor. A natureza não age para o bem de um ou mais indivíduos. Ela simplesmente age. Ele argumenta:

Tereis desejado (e quem não o teria?) que o terremoto houvesse ocorrido nos confins de um deserto em vez de em Lisboa. Alguém duvida de que eles se produzam também nos desertos? Mas desses não falamos porque não fazem mal nenhum aos senhores da cidade, os únicos homens que levamos em conta; fazem pouco mal até mesmo aos animais e os selvagens que habitam dispersos nos lugares retirados, e que não temem nem a queda dos telhados, nem o incêndio das casas. Mas, que significaria um tal privilégio? Será, então que a ordem do mundo deve mudar de acordo com os nossos caprichos, que a natureza deve ser submissa a nossas leis e que, para impedir um terremoto em algum lugar, bastaria construir lá uma cidade? (ROUSSEAU, 2002, p.9)

Se a ciência, as artes, as letras e a filosofia na modernidade nascem com a certeza de que o progresso tornava o homem melhor, Rousseau está, por assim dizer, na contramão das luzes, embora estivesse entre aqueles que acendiam o pavio. Talvez pudéssemos dizer que Rousseau aponta o farol em outra direção, e, sobretudo, em direção contrária ao progresso, pois, como já dissemos, ele deseja a expiação da sociedade, ao observar o caminho trilhado, porque percebe os grilhões que os homens construíram no percurso do progresso da indústria e das luzes.

Enquanto o governo e as leis promovem a segurança e o bem-estar dos homens reunidos, as ciências, as letras e as artes, menos despóticas e mais poderosas talvez, estendem guirlandas de flores sobre as cadeias de ferro a que os homens estão presos, sufocam neles o sentimento dessa liberdade original para a qual pareciam ter nascido, fazem-nos amar a própria escravidão formam assim os chamados povos policiados. A necessidade elevou os tronos, as ciências e as artes consolidaram-nos. Poderosos da terra, amai os talentos e protegei aqueles que os cultivam. Povos policiados, cultivai-vos felizes escravos, vós lhes deveis esse gosto delicado e fino com o qual vos picais; essa doçura de caráter e essa urbanidade de costumes que corrompem entre vós o comércio tão suave e tão fácil; em uma palavra, as aparências de todas as virtudes sem que haja alguma. (ROUSSEAU 1989b, p. 210)

Esse caminho não leva o homem a nada, porque toma o falso por verdadeiro, a aparência pela essência, a fração pelo todo, "mistura e confunde tudo" vive sempre fora de si, em plena desarmonia com a natureza e consigo mesmo. Eis o homem civil, "um desses homens de hoje, um francês, um inglês, um burguês, não será nada". (ROUSSEAU, 1999, p.12)

De modo diferente, para Rousseau, tudo estará bem quando estiver em conformidade com o todo. O mal é obra dos homens, eles modificam a natureza, constroem abismos para si próprios, corrompem os seres criados e perdem-se por não compreenderem a ordem das coisas, nem o seu lugar nessa ordem natural, diz ele logo no início do Emílio:

Tudo está bem quando sai das mãos do autor das coisas, tudo degenera entre as mãos do homem. Ele força uma terra a alimentar as produções de outra, uma árvore a carregar os frutos de outra. Mistura e confunde os climas, os elementos, as estações. Mutila seu cão, seu cavalo, seu escravo. Perturba tudo, desfigura tudo, ama a deformidade e os monstros. Não quer nada da maneira como a natureza o fez, nem

mesmo o homem; é preciso que seja domado por ele, como um cavalo adestrado; é preciso apará-lo à sua maneira, como uma árvore de seu jardim. (ROUSSEAU, 1999, p. 07).

Ele nos mostra ainda que os homens não têm sido capazes de compreender racionalmente essa justiça da ordem da natureza, ele na melhor das hipóteses é capaz de senti-la. Podemos ver a harmonia do universo, do movimento dos corpos celestes, o movimento dos planetas, das marés, sentir o equilíbrio da natureza e perceber que há uma lei que a tudo rege, inclusive aos homens, mas, é da ordem dos sentimentos e nos escapa à razão.

Rousseau utiliza a figura do relógio para explicar essa ordem universal. Mostra que não é possível conhecer as causas e os fins da natureza de todas as coisas, mas, como um homem que jamais tivesse visto um relógio, que não conhecesse sua natureza nem sua função, observando-o por traz, ele poderia perceber uma ordem que move as engrenagens de forma perfeita, em absoluta sintonia umas com as outras, onde cada peça está exatamente no lugar necessário para o funcionamento do todo, apesar de desconhecer suas causas, ele poderia sentir esse equilíbrio, julgar as partes, observar as relações entre elas e acreditar que algum sentido e finalidade haveria de existir a partir do que ele foi capaz de perceber. (ROUSSEAU, 1999, p. 369)

Por mais que filósofos e religiosos tentem explicar, negar ou justificar essa ordem, tudo depende de leis gerais e não se pode compreender algo que está além do alcance de nossa razão limitada e empobrecida dos homens no estado em que se encontram.

A terceira forma de justiça que podemos encontrar em Rousseau é a que estamos chamando de justiça compartilhada expressa de forma tácita na *Profissão de Fé do Vigário Saboiano*. Nesse texto além da discussão referente às questões da religião natural ou das religiões reveladas, Rousseau define para si, a ordem moral que acredita ser verdadeira. Esta ordem moral é uma construção que se dá tanto no plano do sentimento quanto no plano da razão.

Parece que de certo modo tendemos naturalmente ao bem, os sentimentos morais estão por assim dizer, em latência na consciência dos homens que devem ser despertadas pela razão para serem guias seguras de sua conduta e de suas escolhas.

A origem de todos esses sentimentos está no amor de si, o primeiro sentimento que leva todos os seres a zelarem pela sua própria conservação. Esse desejo de conservação, sentimento absoluto de si para consigo, natural e pré-moral, fonte da

virtude e da humanização dos homens, se reflete necessariamente no amor à ordem, porque amamos o que nos conserva. Diz ele:

O amor de si é sempre bom e sempre conforme à ordem. Estando cada qual encarregado de sua própria conservação, o primeiro e o mais importante de seus cuidados é o de zelar por ela continuamente; e como zelaríamos dessa maneira se não tivéssemos por ela o maior interesse? É preciso portanto, que nos amemos, é preciso que nos amemos mais do que qualquer outra coisa, e, por uma consequência imediata do mesmo sentimento, amamos o que nos conserva. (ROUSSEAU, 1999, p.274)

A nossas paixões são a fonte de nossa conservação, elas não podem e nem devem ser destruídas, mas, submetidas à nossa razão desenvolvida no estado de associação de homens livres, aqueles capazes de elevar o sentimento interior, o amor de si.

O supremo bem de estar na terra é alcançado por aqueles que, dotados de liberdade, controlam as paixões e são contidos pela voz da consciência, atividade da alma. A causa da infelicidade e da maldade humana é o abuso da liberdade e das faculdades que trazemos em nós. Se formos injustos, sofreremos, mas se formos justos, teremos como consequência a felicidade. Dessa forma, a “justiça é inseparável da bondade” (ROUSSEAU, 1999, p. 364).

Após descobrir a sentido da existência humana – que está vinculado às próprias características humanas advindas dos sentimentos do coração – é necessário prescrever regras de conduta para si mesmo, que são consequências das verdades descobertas da natureza.

A primeira necessidade diz respeito aos cuidados de si mesmo. Cuidados para escutar a voz da consciência e agir de acordo com o que julga ser bom; o que nem sempre é fácil, visto ser o instinto é tão forte que, não raras vezes, os seres se contradizem entre o que dizem buscar e o que realmente buscam. Escutar a voz do corpo, o instinto, é ficar surdo para a voz da consciência. Diz ele:

Existe, pois, no fundo das almas, um princípio inato de justiça e virtude a partir do qual, apesar de nossas próprias máximas, julgamos nossas ações e as de outrem como boas ou más, e é esse princípio que dou o nome de consciência. (ROUSSEAU 1999, p. 390)

A consciência é um sentimento divino, por assim dizer, que nos conduz a buscar a harmonia com a ordem da natureza. Como a voz da natureza em nosso interior, a consciência nos dita o que é bom, visando a nossa conservação, o cuidado não apenas de si mesmo, como também da espécie em vista do bem e da harmonia do homem consigo mesmo e com a natureza.

Assim, o cuidado de si mesmo diz respeito também ao cuidado com o outro e ao juízo que fazemos de nossas ações morais. Identificar-se com o outro, expandir o amor de si ao próximo, é a disposição que deve ser aprimorada no estado social. Esse movimento do homem de voltar-se para si mesmo exige o segundo movimento: o de expansão de si ao outro, única condição para encontrar o humano que traz em si, já que só agindo por si próprio contraria a natureza que “o chama para a vida humana” (ROUSSEAU 1999, p. 15).

Estender-se afetivamente ao próximo e elevar o outro à condição de humanidade, é o que nos torna virtuoso e nos faz bem. Sentir a nossa existência em relação ao outro, é imprescindível visto que não somos seres isolados, precisamos nos expandir e compartilhar o bem e a justiça com os iguais. Se uma pessoa decide praticar o bem e assim o faz, já recebe o primeiro prêmio da justiça, que é o sentimento por tê-la praticado. (ROUSSEAU 1999, p. 387)

Perceber, sentir, escutar a natureza, ordenar as paixões, estar bem consigo mesmo e partilhar esse bem é o fim do homem que se realiza plenamente no amor à justiça estabelecida pela natureza e confirmada pelo amor de si, pois como diz Rousseau, a consciência “é juiz infalível do bem e do mal” (ROUSSEAU 1999, p. 395).

Rousseau fala ao coração humano, demonstra que a justiça e a bondade são conquistas da alma, que se ilumina pela razão, no progresso de maturação dos sentimentos. Assim, esses sentimentos precisam ser desenvolvidos na altura do progresso que se realiza na condição humana dos homens, portanto, justiça e bondade são virtudes intrinsecamente relacionadas.

O homem é justo à medida que encontra o outro e com ele se identifica. A lei deve ser estabelecida pela consciência e pelo sentimento, o amor dos homens derivado do amor de si é o princípio da justiça humana. Esse reconhecimento do outro como ser igual denota o despertar da sensibilidade, da moralidade e da justiça.

Nesse sentido, o homem precisa ser elevado à sua condição de humanidade e esse é o trabalho da educação que se dá pela via da liberdade, do pensamento e da autonomia, pela possibilidade de ser si mesmo, livre de preconceitos, desenvolvendo a

sensibilidade para compreender as paixões humanas, estendendo seu amor de si a toda humanidade. (ROUSSEAU 1999, p. 335).

A formação do homem bom e justo repousa na capacidade de aperfeiçoamento. A tarefa pedagógica se impõe. Educar para os valores da vida coletiva é educar para o compromisso com o bem público, para o que há de comum entre os homens, *koinonia*, que representa o vínculo de todos com cada membro da comunidade, que diz respeito ao todo coletivo como a cada um individualmente.

Em nossos dias há o rompimento dos vínculos que unem os homens a uma vida em comum. Cada qual cuidando de seus próprios interesses, de seus negócios privados, afastando para um canto menor tudo que é correspondente à vida pública.

Diferente dos gregos que se reconheciam uns nos outros, unidos pela *philia* e associados numa mesma comunidade, o homem moderno não se reconhece no outro, não estabelece uma vida em comum, vive em seu pequeno universo movido por interesses privados, de modo que nada do que é comum lhe que diz respeito, ele se limita quase que exclusivamente ao seu reduto familiar e passa toda a sua existência preocupado consigo e com seus dependentes diretos, desprezam a vida em comum, reduzindo a formação às questões de ordem práticas, ligadas ao mundo da fabricação. O homem se escraviza em si mesmo, perde a dimensão do humano.

Emílio é antes de tudo humano. Aprendeu como manda a natureza presente em seu coração, pôs-se entre os homens corrompidos pela vida civil, mas, formado pelo sentimento, é sábio, prudente, justo e corajoso, capaz de perceber o espetáculo criado e manter-se dentro dos limites de sua condição. Ele age com o olhar voltado para o espelho em que nele vê refletido todo o fracasso da sociedade, mas é atento aos apelos desse mundo de máscaras encantadoras e sublimes ilusões. Nessa condição, Emílio se angustia, sente o conflito, mas não se curva ao encanto do espetáculo que o chama para ser um deles e age com força e equilíbrio na contramão da corrente.

Nesse percurso ele se sente solitário, pois quase todos os homens de seu tempo apenas veem fragmentos e raros são aqueles que, ao olharem no espelho são capazes de verem refletidos o *nosso mundo doente*. Emílio sofre porque não é um deles e não quer ser. O seu olhar é em direção à justiça perfeita, vivida no plano de Rousseau no segundo estado de natureza, é dono de si, autêntico, lúcido e sensato. Eis o virtuoso. Eis o paradigma, que deve direcionar o olhar de todo aquele que se propõe realizar o trabalho formativo de crianças, jovens e adultos em nossos dias.

## Referências:

ROUSSEAU, J. J. *Emílio ou Da Educação*. Trad. Roberto Leal Ferreira - 2ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_ *O Contrato Social*. Trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix, 1989.

\_\_\_\_\_ *Discurso sobre a origem e os fundamentos das desigualdades entre os homens*. Trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix, 1989a.

\_\_\_\_\_ *Discurso sobre as ciências e as artes*. Trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix, 1989b.

\_\_\_\_\_ *Escritos sobre a Religião e a Moral*. Trad. Adalberto Luiz Vicente. Ana Luiza Silva Camarani. José Oscar de Almeida Marques (org. e apres). Cadernos de tradução n.2, IFCH/UNICAMP, 2002.

VOLTAIRE, *Poema sobre o desastre de Lisboa em 1755*. Trad. Jorge Pereirinha Pires. 2011.

Disponível em: <http://versoconversa.blogspot.com.br/2011/03/voltaire-poema-sobre-o-desastre-de.html>